

Associação Vale de Acor

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Balanço.....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	6
Anexo	7
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	7
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	8
3.1. Ativos Fixos Tangíveis	8
3.2. Inventários	9
3.3. Fundos Patrimoniais	10
3.4. Rédito.....	12
3.5. Principais estimativas e julgamentos apresentados.....	14
3.6. Especialização de exercícios	14
3.7. Acontecimentos subsequentes.....	13
4. Ativos Fixos Tangíveis	14
5. Réditos	15
6. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	16
7. Benefícios dos empregados.....	16
8. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
9. Outras Informações	17
9.1. Créditos a receber.....	18
9.2. Outros ativos correntes	18
9.3. Diferimentos	18
9.4. Caixa e Depósitos Bancários	19
9.5. Fundos Patrimoniais	19
9.6. Estado e Outros Entes Públicos	19
9.7. Outros Passivos Correntes.....	20
9.8. Subsídios, doações e legados à exploração	20
9.9. Fornecimentos e serviços externos	20
9.10. Outros rendimentos.....	21
9.11. Outros gastos.....	21

9.12. Investimentos Financeiros	21
9.13. Demonstração de Resultados por Natureza por Valências	22
9.14. Acontecimentos após data de Balanço	22

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Associação Vale de Acor

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

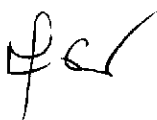
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

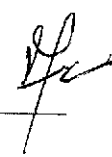
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	130 398,90	127 824,96
Subsídios, doações e legados à exploração	9	1 024 492,53	1 027 515,09
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(128 913,59)	(122 748,09)
Fornecimentos e serviços externos	12.9	(360 373,14)	(352 283,84)
Gastos com o pessoal	10	(615 658,84)	(607 599,41)
Outros rendimentos	12.10	18 455,57	53 216,12
Outros gastos	12.11	(19 448,77)	(17 189,74)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		48 952,66	108 735,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(47 577,39)	(27 321,60)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 375,27	81 413,49
Juros e rendimentos similares obtidos	12.12	-	-
Juros e gastos similares suportados	12.12	-	-
Resultados antes de impostos		1 375,27	81 413,49
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		1 375,27	81 413,49

Lisboa, 23 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Associação Vale de Acor

Período Findo em 31 de Dezembro de 2018

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo)

	NOTAS	2018	2017
Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de Clientes e utentes		743 011,49	767 283,11
Pagamentos a Fornecedores		-360 373,14	-352 283,84
Pagamentos ao Pessoal		-424 133,74	-407 547,71
Pagamentos de Subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de Apoios		0,00	0,00
Pagamentos de Bolsas		0,00	0,00
Caixa geradas pelas operações		-41 495,39	-7 451,58
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade oper.		126 854,52	112 049,90
Fluxos das actividades operacionais (1)		85 359,13	104 598,32
Fluxos das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
		0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações	6	233 289,73	180 342,45
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de actividades de financiamento (3)		233 289,73	180 342,45
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		318 648,86	299 843,91
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	9	160 353,97	139 489,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período		158 294,89	160 353,97



Anexo

1. Identificação da Entidade

A ASSOCIAÇÃO VALE DE ACOR foi constituída em 1994 e tem a sua sede social na Rua Álvaro Abranches da Câmara nº4, 2800-016 Almada, conselho de Almada, distrito de SETÚBAL.

É uma instituição sem fins lucrativos constituída sob a forma de IPSS com a CAE principal 94955 e CAE's secundárias 87200 e 88990, que tem como atividade principal tratamento e reinserção de toxicodependentes e alcoólicos.

O ASSOCIAÇÃO VALE DE ACOR é constituído por 3 respostas sociais: Equipa de Intervenção Direta, Comunidade Terapêutica, Centro Reinserção.

Nº médio de Utentes por resposta social

Valências	Nº Utentes	
	2018	2017
Equipa Intervenção Direta	50	50
Comunidade Terapêutica	81	81
Centro Reinserção	16	16
Total nº médio utentes	147	147

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação Vale de Acor e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).



3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que instituiu o ESNL;

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF -ESNL, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

3.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "*Ativos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos ao Associação Vale de Acor a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Associação Vale de Acor tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	4 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 7 anos

A Associação Vale de Acor revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

3.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

3.3. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.3.1. Financiamentos Obtidos

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

HY

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Associação Vale de Acor por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de *"Fornecimentos e Serviços Externos"*.

3.3.2. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos*

HP

impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais dos anos de 2012 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A IPSS durante o ano de 2018 não praticou nenhuma atividade sujeita a IRC não resultando qualquer valor de imposto de pagar.

3.4. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Associação Vale de Acor;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.5. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Associação Vale de Acor são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direção Nacional, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.6. Especialização de exercícios

A Associação Vale de Acor regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.7. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Ativos Fixos Tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Direção para os ativos e negócios em questão.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Direção no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Outros Ativos Fixos Tangíveis

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Alienações/A bates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	843,04	-	-	-	-	843,04
Edifícios e outras construções	1 241 333,25	9 016,14	58 017,00	-	-	1 192 332,39
Equipamento básico	98 012,04	11 403,84	-	-	-	109 415,88
Equipamento de transporte	67 148,52	-	-	-	-	67 148,52
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	122 188,83	3 694,61	-	-	-	125 883,44
Outros Ativos fixos tangíveis	1 737,39	-	-	-	-	1 737,39
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-	-
Total	1 531 263,07	24 114,59	58 017,00	-	-	1 497 360,66
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	331 543,07	14 295,32	-	-	-	345 838,39
Equipamento básico	84 982,34	3 873,14	-	-	-	88 855,48
Equipamento de transporte	67 148,52	-	-	-	-	67 148,52
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	122 178,15	-	-	-	-	122 178,15
Outros Ativos fixos tangíveis	1 737,39	-	-	-	-	1 737,39
Total	607 589,47	18 168,46	-	-	-	625 757,93

	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2017
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	843,04	-	-	843,04
Edifícios e outras construções	1 192 332,39	-	-	(9 016,14)	-	1 183 316,25
Equipamento básico	109 415,88	11 630,12	-	-	-	121 046,00
Equipamento de transporte	67 148,52	38 790,00	-	-	-	105 938,52
Equipamento administrativo	125 883,44	-	-	-	-	125 883,44
Outros Ativos fixos tangíveis	1 737,39	5 608,80	-	-	-	7 346,19
Total	1 496 517,62	56 028,92	843,04	(9 016,14)	-	1 544 373,44
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	345 838,39	-	37 251,83	-	-	383 090,22
Equipamento básico	88 855,48	6 157,74	(2 275,29)	-	-	92 737,93
Equipamento de transporte	67 148,52	-	4 091,64	-	1 022,94	72 263,10
Equipamento administrativo	122 178,15	-	527,59	-	-	122 705,74
Outros Ativos fixos tangíveis	1 737,39	800,94	-	-	-	2 538,33
Total	625 757,93	6 958,68	39 595,77	-	1 022,94	673 335,32

	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2018
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

5. Réditos

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Associação vale de Acor;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.



O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Rédito

Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços	130 398,90	127 824,96
Mensalidades utentes	130 398,90	127 824,96
Eq. Int Direta (900 104)	1 384,21	3 982,46
C. Terapia (900 201)	122 771,64	98 386,66
C. Reinserção (900 301)	6 243,05	25 455,84
Total	130 398,90	127 824,96

6. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Associação Vale de Acor tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo”:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo:		
Centro Regional de Segurança Social	163 821,37	160 294,95
Instituto do Emprego e Formação Profissional	6 440,08	
AR.Saúde	650 577,62	662 519,11
Doações	203 653,46	204 701,03
Total	1 024 492,53	1 027 515,09

7. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2017e 2018, foram de 8.

Os órgãos sociais do ASSOCIAÇÃO VALE DE ACOR não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O quadro de recursos humanos da instituição no exercício de 2017 manteve os 51 trabalhadores, conforme o quadro seguinte:



Os gastos que o ASSOCIAÇÃO VALE DE ACOR incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Remunerações aos Órgãos Sociais	6 153,45	-	6 153,45	
Remunerações ao Pessoal	435 843,89	435 190,33	653,56	0,15%
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	
Indemnizações		-	-	
Encargos sobre as Remunerações	84 481,72	83 853,19	628,53	0,75%
Seguro Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3 593,63	3 974,14	(380,51)	-9,57%
Formação Profissional	140,00	(50,00)	190,00	-380,00%
Fardamento	-	-	-	#DIV/0!
Medicina no trabalho	2 776,87	-	2 776,87	
Segurança e Higiene no trabalho		1 588,99	(1 588,99)	-100,00%
Outros gastos	40,00	-	40,00	
Especializações	82 629,28	83 042,76		-0,00498
Total	615 658,84	607 599,41	8 472,91	1,33%

8. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

O ASSOCIAÇÃO VALE DE ACOR não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação do ASSOCIAÇÃO VALE DE ACOR perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

9. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

HY

9.1. Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “*créditos a receber*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c	55 658,10	64 861,40
Utentes	55 658,10	64 861,40
Total	55 658,10	64 861,40

9.2. Outros ativos correntes

A rubrica “*Outros ativos correntes*” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal	-	4 520,34
Adiantamentos a Fornecedores	5 055,78	2 900,18
Outros Devedores	111 209,84	85 045,67
Pocket Money	29 291,92	113 922,46
Outros Instrumentos Financeiros	145,30	145,50
Total	116 410,92	92 611,69

9.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	2 262,99	1 478,28
EDP S.Tiago	777,41	1 977,41
Total	3 040,40	3 455,69
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios IEFP	-	-
Total	-	-

9.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	22 435,70	26 932,00
Depósitos à ordem	135 859,19	133 421,97
Depósitos a prazo		
Total	158 294,89	160 353,97

9.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	24 291,05	-	-	24 291,05
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	323 179,77	81 413,49		404 593,26
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	643 929,39	-		643 929,39
Resultado líquido do período	81 413,49	1 375,27	(81 413,49)	1 375,27
Total	1 072 813,70	82 788,76	(81 413,49)	1 074 188,97

9.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Passivo		
Segurança Social	11 227,98	11 600,48
Fundos Compensação	119,51	53,54
Retenção na fonte de Imposto	2 717,75	3 282,50
IVA Restituição IPSS	1 654,06	
Total	15 719,30	14 936,52
Ativo		
IVA Reembolso	674,82	429,31
Total	674,82	429,31

M8

9.7. Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outro passivo corrente" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Pessoal	3 741,04	3 311,25
Remunerações a pagar		
Outras operações	3 741,04	3 311,25
Fornecedores de Investimentos	-	-
Credores por acréscimos de gastos	172 736,57	100 009,33
Outros Rendimentos a Reconhecer	6 560,15	
Total	183 037,76	103 320,58

9.8. Subsídios, doações e legados à exploração

O ASSOCIAÇÃO VALE DE ACOR reconheceu, nos períodos de 2018, 2017 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

9.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos		3 381,90
Serviços especializados	82 339,31	138 083,38
Materiais	35 868,95	28 193,94
Energia e fluidos	105 898,87	88 312,19
Deslocações, estadas e transportes	19 753,39	16 137,40
Serviços diversos:		
Limpeza, higiene e conforto	27 866,96	48 129,19
Seguros	4 432,98	2 378,36
Comunicação	7 106,71	9 549,13
Rendas e alugueres	15 910,56	16 214,52
Outros	60 928,75	1 717,33
Contencioso e Notariado	101,01	111,00
Despesas de representação	165,65	75,50
Total	360 373,14	352 283,84

MV

9.10. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos	47,58	36 072,34
Correções relativas a períodos anteriores	1 282,85	
IMPUTAÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTOS	17 124,48	17 124,48
Outros rendimentos e ganhos	0,66	0,10
EM INVESTIMENTOS FINANCEIROS		19,20
Total	18 455,57	53 216,12

9.11. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	1 036,81	49,69
Outros Gastos e Perdas	18 411,96	17 140,05
Quotizações	1 052,00	150,00
Donativos	1 746,60	3 137,06
Correções relativas a períodos anteriores		
Multas e penalidades	282,55	97,50
Outros	14 754,65	13 452,64
Outros Juros	-	-
Total	19 448,77	17 189,74

9.12. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, o ASSOCIAÇÃO VALE DE ACOR detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Outras aplicações financeiras	2 103,29	1 185,73
Fundos de compensação - FCT	2 103,29	1 185,73
Total	2 103,29	1 185,73

9.13. Demonstração de Resultados por Natureza por Valências

Rendimentos e Gastos	2018			
	Total Centros Custo	Eq. Int Direta	C. Terap	C. Reinserção
		900 104	900 201	900 301
Vendas e serviços prestados	130 398,90	1 384,21	122 771,64	6 243,05
Subsídios, doações e legados à exploração	1 024 492,53	97 225,95	805 684,73	121 581,85
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consu	-128 913,59	0,00	-122 641,83	-6 271,76
Fornecimentos e serviços externos	-360 373,14	-36 321,11	-251 514,72	-72 537,31
Gastos com o pessoal	-615 658,84	-73 879,06	-498 683,66	-43 096,12
Outros rendimentos e ganhos	18 455,57	0,00	18 455,57	0,00
Outros gastos e perdas	-19 448,77	0,00	-19 448,77	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	48 952,66	- 11 590,01 €	54 622,96 €	5 919,71 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-47 577,39	0,00	-47 577,39	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 375,27	-11 590,01	7 045,57	5 919,71
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00			
Juros e gastos similares suportados	0,00			
Resultado antes de impostos	1 375,27	-11 590,01	7 045,57	5 919,71
Impostos sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período	1 375,27	-11 590,01	7 045,57	5 919,71

9.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 30 de março de 2018

O Contabilista Certificado

A DIREÇÃO

Paula de Fátima Mendes
Carr
